



NAS REPRESENTAÇÕES, IMAGENS E IMAGINÁRIOS

Juliana Tonin *
Larissa Azubel **

Resumo: O presente artigo tem por objetivo pensar a relação entre imagens, representações e imaginários. As imagens podem alimentar representações que definem imaginários. Os imaginários são bacias semânticas de onde jorram representações em forma de imagens. Imagens, imaginários e representações se retroalimentam, se interpenetram, se confundem; são senhas sem as quais não se pode pensar a comunicação, mesmo a vida em sociedade. Para refletir sobre as relações complexas entre tais noções, neste estudo trabalhou-se com o aporte teórico de Georg Simmel, Serge Moscovici, Gilbert Durand e Michel Maffesoli, numa perspectiva compreensiva.

Palavras-chave: Representações. Imagem. Imaginários.

Abstract ou Resumen: This article aims to think about the relation between images, representations and imaginaries. Images can feed representations that define imaginaries. The imaginaries are semantic basins from where representations in the form of images overflow. Images, imaginaries and representations feed and intertwine each other; they are codes which one can not think of communication without, neither life in society. To ponder about the complex relations between such notions, in this study we worked with the theoretical supply of Georg Simmel, Serge Moscovici, Gilbert Durand and Michel Maffesoli, a comprehensive perspective.

Keywords: Representations. Images. Imaginaries.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
– PUCRS.
Porto Alegre, RS, Brasil.
Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em
Comunicação Social da Famecos - PUCRS.
Doutora em Comunicação Social pela PUCRS.
E-mail: juliana.tonin@pucrs.br

** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
– PUCRS.
Porto Alegre, RS, Brasil.
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em
Comunicação Social da Famecos - PUCRS
E-mail: larissazubel@gmail.com



1. Introdução

Toda relação entre os homens faz nascer, em um, uma imagem do outro. A partir dessa premissa, Georg Simmel, argumenta que a interação dos indivíduos procede das representações, contendo uma espécie de “verdade legítima”, na medida em que as relações sociais seriam, inelutavelmente, tributárias dessas imagens mútuas.

As representações, nesse sentido, são quadros estruturantes da sociedade e esta existe apenas pela representação que o homem faz dela. Simmel (1986) explica que ter um lugar possível determina uma sociedade possível, e é através da ligação com o outro que se pode estabelecê-la e conhecê-la. Determina três formas de socialização, sendo a primeira a imagem que o homem faz do outro.

A ideia é que uma pessoa se forma de outra, por mudanças radicais na estrutura do objeto real e estas modificações engendram dois sentidos. Por um lado, vê-se o outro de uma forma generalizante, pois não é possível determinar uma individualidade diferente da própria. A imagem que um homem cria do outro perpassa a semelhança existente entre ambos, porém não é condição determinante, porque há necessidade de uma certa desigualdade simultânea para que haja uma distância e objetividade, bem como uma capacidade intelectual que se mantém, além da igualdade e da desigualdade do ser.

É como se cada um tivesse um ponto profundo de individualidade, um ponto qualitativamente diverso, que se situa longe da distância e objetividade, estes sendo os únicos caminhos possíveis do conhecimento do outro que um homem pode adquirir. Isso permite dizer que uma demonstração perfeita da individualidade alheia é velada. As variações das deficiências dos conhecimentos acabam por determinar as relações mútuas. De toda maneira, a imagem generalizada do outro (“confusão de contornos”) estabelece relações com outras imagens.

Noutro sentido, o homem entende alguém como “tipo homem”, no qual uma individualidade está encerrada. Entende-se o outro dentro, acima ou abaixo de categorias que não representam a sua verdade particular. Com isso, forma-se uma imagem que não é real, tampouco uma imagem de um tipo geral, mas sim a imagem da pessoa como se fosse plenamente ou realizasse a possibilidade ideal que existe em cada homem.



Todos somos fragmentos, não só do homem em geral, mas inclusive de nós mesmos. Somos iniciados, não só do tipo humano absoluto, não só do tipo do bem ou do mal, etc., mas também da individualidade única do nosso próprio eu, que, como desenhado por linhas ideais, rodeia nossa realidade perceptível. (SIMMEL, 1986, p. 44).

Toda representação social é fragmento. E imagens contribuem para a constituição dessa tessitura. Seja uma foto publicada no Facebook, seja o “mocinho” de novela, seja a princesa dos contos de fada. Tanto imagens que se cede de si mesmo como imagens midiáticas que se consome estão impregnadas de especificidades que permitem representações.

Imagens mudam conforme os tempos. Representações também. Especialmente, na mídia audiovisual é perceptível a transformação das representações, que, desde o começo do século XXI, com a complexificação do perfil psicológico de personagens em filmes, novelas e séries de televisão, provocam mudanças que são traduzidas muito fortemente em termos de imagem. Para dar um exemplo bem explícito, princesas perdem vestidos e ganham calças, que lhes levam com mais facilidade em direção a seus objetivos, sem precisar da carona de ninguém. As representações midiáticas contemporâneas são fragmentos “do homem em geral”, de quem as cria e de quem as consome e as reproduz.

Em contrapartida, o olhar do outro é a via dupla para tornar o ser que contempla contemplado, e elevado às categorias que não o revelam pura e inteiramente. Simmel reforça ser impossível não ver nos outros senão fragmentos reais justapostos e que cada um completa uma “mancha cega” a qual não consegue dar-se conta. São estes dados fragmentados as bases das construções íntegras das individualidades alheias.

Trata-se de dados fragmentados que já não se obtém só de olhar para outro, através do contato direto e da experiência encarnada, mas que, hoje são computados também e muito fortemente por nossas experiências nas telas, pelo que se consome através dos mais diversos ecrãs. De modo que o audiovisual e as ficções que dele provém fornecem fragmentos de si mesmo, imagens que ajudam a completar a “mancha cega” em si, elementos para ver o outro: seja este outro um próximo, um contexto, o mundo, enfim, um não-eu.



É a própria prática da vida que obriga a formar uma ideia com o dado que se possui. Devido a isto, a imagem repousa nas “modificações e complementos, na transformação que sofrem os fragmentos dados, ao converter-se no tipo geral e na plena personalidade ideal” (Simmel, 1986, p. 44). Esse processo funciona como um a priori das ações recíprocas que posteriormente se estabelecem entre os indivíduos. O autor exemplifica que numa comunidade profissional cada um vê o outro com um a priori que a própria comunidade impõe aos que dela participam. É ver o outro como parte integrante do círculo, é ver através de um véu.

Véu este que não pretende encobrir as características peculiares do ser uno, mas sim outorgar nova forma, esta sendo a fusão da consciência individual com a do círculo: “(...) este suposto inevitável, que atua de um modo automático, é um dos meios que tem o homem para dar à sua personalidade e realidade, na representação do outro, a qualidade e forma requeridas por sua sociabilidade” (SIMMEL, 1986, p. 45).

Entre membros de grupos distintos as relações se estabelecem da mesma maneira. Simmel mostra, através do exemplo de um encontro entre um civil e um militar, que aquele não consegue prescindir que o outro é militar e, mesmo que ser militar seja nota efetiva de sua individualidade, só o é pelo modo esquemático pelo qual o outro o representa. Isso leva a considerar que a realidade “está velada pela generalização social, com véus que excluem em princípio seu descobrimento, dentro de uma sociedade socialmente muito diferenciada” (1986, p. 45). Em virtude disso, em cada representação entre os homens existem “deslocamentos, abreviaturas e complementos” oriundos dos conjuntos das categorias a priori aliadas ao homem e seu tipo, à sua própria ideia de perfeição e ao grupo social ao qual pertence.

Sobre todos estes elementos paira a ideia da própria definição real. Não é a partir de um conhecimento ideal da individualidade que se torna possível uma relação com o outro, é a partir das modificações e transformações que, como se viu, se situam aquém ou além da definição unitária do ser. Para Simmel, as categorias de entendimento recriam as instituições dadas em novas formas, tornando o mundo cognoscível.

De acordo com Simmel, a segunda forma de socialização é a verificação de que o homem faz parte de uma sociedade, mas também é algo fora dela. Isso quer dizer que uma parte do indivíduo pode não se orientar dentro do círculo, todavia este desencaixe é também a sociedade. Isso funciona como um a priori social e condição positiva para o



homem participar em outros aspectos, outras categorias, fundamentando sua socialidade com sua parte de insocialidade. “A coletividade social se refere justamente a seres aos quais não abarca por completo” (SIMMEL, 1986, p. 46). Por isso a importância do excluído, parafraseando o autor, com referências aos estrangeiros, inimigos, delinquentes e aos pobres, e enfatizando que não somente exemplos extremos fazem parte desta condição, pois isto se aplica em toda a existência individual. Simplificando, é dizer que o homem é um grupo, mas é outro.

A sociedade não existe apenas pela representação estanque do indivíduo em uma categoria. Assim pode-se notar que o geek, jogador online de RPG, pode ser também, engenheiro mecânico, vegetariano, pai solteiro... quantos “eus” cabem em sua imagem? Na imagem que ele faz do outro? Na imagem que seus conhecidos e desconhecidos dele fazem? Inserido na imagem está o grau de admissão que o sujeito estabelece em relação ao estranho, ao social. Para o homo complexus (Morin) ainda há muito de estranho, mas também há muito de interessante, de curioso. A tolerância parece crescente. A intolerância na mesma medida.

É preciso considerar que a subjetividade auxilia na escolha do que o indivíduo reserva para si mesmo e para o outro. Criam-se relações de amor, amizade, ódio, indiferença. Nas palavras de Simmel, é dizer que as ligações se acercam do que o sujeito permite para si, da atividade que dedica ao outro e tudo isso pode resultar, inclusive, em um valor-limite igual a zero. Pensando no audiovisual contemporâneo novamente, a identificação social com personagens específicos também nos falam nesse sentido. As mudanças e as permanências dos fragmentos, das imagens que compõem as representações desses personagens, que relidos sobrevivem ao tempo, fornecem elementos para se pensar nas representações “do real” na sociedade em que se vive.

O homem sente-se parte da natureza, um elemento integrante, no qual as substâncias e energias o originam e mantém. Porém, através da alma, sente-se como se sua existência fosse própria, independente, a ponto da radicalização do pensamento de que a natureza é uma representação que ele faz dela. Do mesmo modo acontece seu entendimento da sociedade. Sabe que é produto dela, pela cristalização de um passado, pela determinação das disposições e conteúdos que farão parte, inevitavelmente, da sua existência. Entende, também, que este passado é construído pelo indivíduo e que cada um contribui para a estruturação de um todo inapreensível.



Sabe, além disso, que é membro do todo, que não constitui uma realidade separada, mas que não vive em função de um centro autônomo, e, sim, se caracteriza pela sucessão de relações recíprocas com o outro, pela soma de várias impressões que ultrapassam a existência de si e por si. Assim, “o ponto de vista do qual a existência do indivíduo é ordenada e compreendida pode tomar-se dentro ou fora do indivíduo”. (SIMMEL, 1986, p. 51).

É importante ressaltar que o ser como produto e elemento, o viver pelo e para o centro não significam uma sociedade composta de indivíduos em parte não socializados, mas uma coexistência de sentimentos ora sociais ora pessoais que não acarretam uma mudança de conteúdo. Esta coexistência indica a formatação do social, pela compreensão de ser o fim e o sujeito das próprias evoluções e destinos.

A terceira forma de socialização postula a sociedade como um produto de elementos desiguais. A igualdade nunca é plena, é sempre uma equivalência das pessoas, das obras e das posições, e não das estruturas, vidas e destinos. A vida individual e as relações entre as pessoas possuem algo de particular, algo que não se funde, entretanto, uma vontade construtiva harmoniza o todo e possibilita o próprio funcionamento da sociedade. Esta é uma unidade objetiva, na qual cada parte interage restringindo objetivamente suas funções nas exigências específicas de cada grupo. Simmel, (1986, p. 53), “Aqui o puramente pessoal, o intimamente produtivo, os impulsos e reflexos do eu propriamente dito, permanecem fora de consideração”.

Mesmo considerando o social um campo de existências diferenciadas, plurais, toda a desarmonia, as pulsões individuais trabalham como se houvesse uma relação uniforme, como se cada um fizesse referência a todos os demais. Assim é que as representações manifestas na mídia falam sobre o si mesmo, sobre o outro, sobre o mundo. É como se essas representações fossem ao mesmo tempo constituídas de um a priori que vai moldar o social, seu produto/reprodutor, mas, também, constituídas de um a posteriori, pois elas não podem ser senão produzidas no e pelo imaginário desse social. Desse modo, o mesmo referente tornar-se-ia concomitantemente significante e significado, em um processo complexo e retroalimentado de readaptação entre o eu e o não-eu de forma contínua.

O a priori, então, é um “valor geral” do indivíduo. A harmonia preestabelecida independe das concepções unas, depende do ajustamento entre o ser e o



social, e cabe ao processo cognoscitivo particular o equilíbrio entre a subjetividade (as energias espirituais) e a objetividade que é a própria sociedade.

Vê-se que no olhar de Simmel ganha destaque o âmbito individual das representações. O autor foca na relação interpessoal, nas aproximações e diferenças entre o eu e o outro e na necessidade de perceber e interpretar o contínuo e o descontínuo.

Simmel reconheceu a relação existente entre a separação do indivíduo – situando-se à distância dos outros – e a necessidade de representá-los para si mesmo. O próprio modo como os representamos modela a ação recíproca e os círculos sociais que formam juntos. (MOSCOVICI, 2001, p. 46).

Simmel parece ver na representação social um ponto que liga o *eu* ao outro e transforma um conjunto de pessoas em uma coletividade organizada, como uma instituição, por exemplo. No entanto, acredita-se que é na leitura de Serge Moscovici que o nível social das representações ganha maior amplitude e destaque. Moscovici salienta o impacto das representações sobre os fenômenos sociais, sobretudo os do cotidiano.

E, mais uma vez, tem-se a imagem como centro. Se a relação do homem com o mundo empírico é ancorada na imagem, a imagem partilhada e convencionada como aquilo que faz referência à realidade, é o que Moscovici (2003) entendeu como Representação Social. As representações seriam as responsáveis pela integração do universo mental com o mundo físico: “correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância” (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Constituem, de acordo com o autor, entidades quase tangíveis que circulam, se cruzam e se cristalizam, sem cessar, no universo cotidiano. Elas seriam uma espécie de eixo comum que cria e consolida modelos, familiariza o distante, nomina o anônimo, prescreve formas de ser e estar e, ainda, de compreender o mundo, que se apresenta inicialmente como conjunto estranho.

Logo, sua função seria a de delinear sentidos e organizar experiências. Frisa-se também: tornar familiar algo não-familiar ou a própria não-familiaridade: “O ato da re-apresentação é um meio de transferir o que nos perturba, o que ameaça nosso universo do exterior para o interior, do longínquo para o próximo” (2003, p. 56).

As representações enraízam-se na linguagem, nos valores, nas memórias. Cada representação “faz circular e reúne experiências, vocabulários, conceitos e condutas



que provêm de origens muito diversas”. Assim fazendo, ela reduz a variabilidade dos sistemas intelectuais e práticos, os aspectos desconexos do real (MOSCOVICI, 1978, p. 62).

Desse modo, ao dizer que as representações são sociais, Moscovici, argumenta que elas são simbólicas e possuem tanto elementos perceptuais quanto cognitivos. Pode-se falar em duas faces interdependentes das representações: a icônica, que projeta a imagem e a simbólica que caracteriza o objeto. Abastecidas pelo contexto, as representações são definidas pelo conjunto social. Mas, mesmo ancoradas em condicionamentos anteriores, tratam-se de conjuntos dinâmicos:

Seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior. (MOSCOVICI, 1978, p. 50).

As representações estariam, assim, em constante processo de transformação, de evolução (por vezes de involução), para se converterem em formas de conhecimento que se aplicam no cotidiano, mas também na ciência, na arte, etc. É preciso ter em mente que a representação de algo é sua rerepresentação diferente: “Ela representa um ser, uma qualidade à consciência, quer dizer, presente mais uma vez, atualiza esse ser ou essa qualidade, apesar de sua ausência ou até de sua eventual inexistência” (MOSCOVICI, 1978, p. 57).

Para ilustrar essa característica de mutabilidade das representações e retomando, mais uma vez, as imagens do audiovisual contemporâneo, pensa-se por exemplo, na releitura da figura da princesa em filmes, animações e séries de televisão. As belas que outrora brincavam com esterco e, nos filmes Disney, passeavam na floresta e cantavam com passarinhos, hoje farão uso de todos os gadgets disponíveis.

O aspecto central da representação se mantém: a pobre menina que antes de ascender socialmente sofreu muito. A bela escondida pelas roupas velhas e cabelos despenteados. Mas as histórias re-presentam a sociedade na qual é contada e a conversa com os bichinhos vai dar lugar ao chat com os grupos no WhatsApp. O encontro com o príncipe não é mais prioridade, o que a moça deseja mesmo é um bom emprego e a casa própria. E ela não anda mais desarrumada, pois mesmo para fazer faxina, a princesa contemporânea passa batom.



Retomando Moscovici (2003), as representações possuem, então, três as características essenciais: autonomia, permanência e estabilidade. As representações são autônomas na medida em que se tornam independentes de seu criador, por meio da reprodução. Permanentes, porque elas sobrevivem ao tempo, mesmo que se modificando gradualmente. Sobre o princípio de estabilidade, o autor argumenta:

Parece que a função do princípio de estabilidade consiste em criar um paradigma social de relacionamentos interpessoais positivos e negativos e que a sua significação depende desse paradigma. O que simplesmente quer dizer que o princípio do equilíbrio, longe de determinar, é ele mesmo determinado pela forma como o contexto das relações interpessoais foi representado. (MOSCOVICI, 2003, p. 103-104).

Desta maneira, as representações sociais não são apenas restritas ao âmbito da ação, como guias para comportamento, mas, sobretudo, formas capazes de remodelar e reconstituir os elementos do meio ambiente em que o comportamento tem lugar. Elas conseguem incutir sentidos aos comportamentos, integrá-los em redes de relações, “fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes”. (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

Por conseguinte, as representações sociais possuem duas funções primordiais: A primeira é a convencionalização. Como forma de saber do senso comum, as representações permitem categorizar ideias, indivíduos e acontecimentos, na matriz da cultura, e produzir uma série de classificações que vão dinamizar os critérios e mecanismos de inclusão/exclusão, bem como balizar as formas do ajustamento, graduando a relação identidade/alteridade.

Nisso reside certa opressão: mesmo que o objeto não se encaixe no modelo, ele é forçado a tomar determinada forma e enquadrar-se em determinada categoria, sob pena de não ser decodificado ou compreendido. Assim, a realidade é determinada pelo que é socialmente aceito como tal e “essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê”. (MOSCOVICI, 2003, p.31).

É o que acontece com as reelaborações midiáticas das figuras do herói, da princesa, do vilão, da bruxa, etc. Tem-se uma releitura, suas representações mudaram, tornaram-se mais complexas. O anti-herói atualmente é figura de sucesso garantido em filmes e séries. No entanto, ao fim da narrativa, algo de “mais do mesmo” sempre paira nessas figuras ou não haveria como reconhecê-las.



A segunda função das representações, segundo Moscovici, diz respeito ao seu caráter prescritivo. Concebidas como um fenômeno histórico, “produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2003, p.37), elas se impõem com uma força irresistível, resultado da combinação de uma sólida estrutura prévia ao pensamento e de uma tradição capaz de estabelecer o que deve ser pensado.

Para Moscovici, as representações regulam o campo das comunicações possíveis, das ideias ou valores de visões compartilhadas por grupos, regendo, por consequência, as condutas desejáveis ou admitidas. O autor acredita que as interações humanas são determinadas pelas representações, cujo poder e clareza derivam do sucesso com que elas regulam a realidade de hoje através da de ontem, num processo contínuo, que acompanha, no entanto, as transformações da sociedade, o que lhe faz aberto e mutável: “Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão a oportunidade ao nascimento de novas representações enquanto as velhas morrem” (MOSCOVICI, 2003, p. 41). Em função da complexidade desse processo, os modelos de “mocinho” e inimigo, bem e mal, certo e errado não se dissolvem de uma hora para outra e mesmo complexificados, guardam fortes referências.

Por conseguinte, se as formas fundamentais do meio físico e social são delimitadas por representações e se o eu também se molda subordinado (ou nem tanto) a elas, quanto menor a consciência desse processo, maior a influência que ele exerce na formatação do que se conhece por realidade. Isso leva a pensar no peso da comunicação social quando o assunto são representações.

Especialmente no âmbito midiático, fica claro seu papel de recomposição contínua de um universo consensual, capaz de restabelecer uma consciência coletiva, que dá forma e explica os fatos, os processos e os seres, de modo que eles sejam acessíveis à compreensão de todos: “[...] existe uma necessidade contínua de reconstituir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2003, p. 48). Segundo Denise Jodelet (2001, p. 30), a incidência da comunicação nas representações é examinada por Moscovici em três níveis:

- 1) Ao nível da emergência das representações cujas condições afetam os aspectos cognitivos. Dentre essas condições encontram-se a dispersão e a



defasagem das informações relativas ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis de acordo com os grupos; o foco sobre certos aspectos do objeto, em funções dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão à inferência referente à necessidade de agir, de tomar posição ou de obter o reconhecimento e a adesão dos outros [...]; 2) Ao nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem que explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhe são conferidas; 3) Ao nível das dimensões das representações relacionadas à edificação da conduta: opinião, atitude e estereótipo sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação [...].

Sobre os processos de formação das representações e por meio dos quais elas atuam na mídia, no cotidiano ou em outras esferas cabe uma descrição mais detalhada. A ancoragem e a objetivação são procedimentos concomitantes e que trabalham em sinergia. De acordo com Moscovici (2003, p. 61), “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa”.

A ancoragem opera enquadrando algo desconhecido e perturbador dentro de um sistema prévio de categorias, de modo a simplificar o objeto, que é comparado ao paradigma de uma categoria e reajustado para que nela se enquadre. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele [...]” (MOSCOVICI, 2003, p. 63-64). A partir dessa comparação surge uma “imagem-típica”, a da princesa, por exemplo, que contém o abstrato no concreto e possibilita criar classificações e matizes. De modo que a ancoragem se dá tanto por generalização quanto por particularização.

Nesse momento, ainda conforme o autor (2003), as consequências fundamentais da teoria das representações são duas: primeiro, sem ancoragem ficaria excluída a possibilidade de pensamento ou percepção; logo, classificar e nomear não são apenas formas de escalonamento e rotulagem, mas também modos de simplificar a interpretação das características, compreender motivos e intenções subjacentes e, além disso, de formar opiniões.

O segundo processo pelo qual se elabora uma representação é a objetivação, que “faz com que se torne real um esquema conceptual (sic.), com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem em primeiro lugar flexibilidade cognitiva” (MOSCOVICI, 1978, p. 110-111). Quer dizer, o que resulta desse processo é particular, embora tenda ao consenso. A objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, materializando as abstrações:



Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso, é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar já é representar, encher o que está naturalmente vazio com substância. Temos apenas de comparar Deus com um pai e o que era invisível, instantaneamente se torna visível em nossas mentes, como uma pessoa a quem nós podemos responder como tal. [...]. Desde que suponhamos que as palavras não falam sobre nada somos obrigados a ligá-las a algo, a encontrar equivalentes não-verbais para elas. (MOSCOVICI, 2003, p.72).

E se Deus ganha substância na imagem do pai, a princesa fica visível na forma da filha. Há um apelo social muito grande de se chamar as meninas de “princesinhas”. Algo, talvez, em transição, no contexto atual de empoderamento feminino. Mas o essencial é que as imagens são integradas no que Moscovici (2003) chama de padrão de núcleo figurativo, quer dizer, um complexo de imagens capazes de representar um conjunto de ideias. Cria-se então uma figuratividade que deve ser socialmente aceita como paradigma. Este, uma vez convencionalizado, produz fórmulas, clichês de representações e realidades convencionais.

Essas formas ou imagens do conceito, em nível extremo, podem deixar de serem signos para tornarem-se réplicas do real, ou seja, simulacros, no sentido baudrillardiano da palavra. Assim, a noção “perde seu caráter abstrato e adquire uma existência quase física, independente” (MOSCOVICI, 2003, p. 74). Nesse momento, as imagens seriam mais elementos da realidade cultural (imageria) do que substância do pensamento (imaginário).

Moscovici também argumenta que a ancoragem e a objetivação são formas de lidar com a memória. A primeira dirige à memória para dentro e a mantém em movimento, “está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome”. A segunda, mais direcionada para fora (para os outros), “tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido” (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

Assim, reitera-se que as representações sociais se referem a objetos em permanente re-construção, re-organização, re-estruturação. Não se tratam de processos imediatos nem de paradigmas invulneráveis. Distorções, releituras, acomodamentos integram noção que acompanha o correr da bacia semântica do imaginário da época.

Afirmar as representações como situações *sine qua non* para a existência da sociedade é ponto comum nas visões de Georg Simmel e Serge Moscovici. Todavia,



há uma equivalência, um dado geral manifesto em todos os seres considerado como o *a priori* das próprias representações: as imagens. Segundo Durand, o “museu dinâmico” de todas as imagens seria o imaginário. Mesmo intitulando-o como uma instância sem a qual não seria possível uma representação, conseqüentemente a sociedade, é preciso depreender que ele é a própria representação. “De uma maneira provisória, pode-se dizer que o mundo imaginal é causa e efeito de uma ‘subjetividade de massa’ que, progressivamente, contamina todos os domínios da vida social” (MAFFESOLI, 1995, p. 19).

Interpretando Gilbert Durand (1998, p. 6) pode-se pensar, portanto, no imaginário como um museu, e, por que não, um museu de representações, já que pode ser entendido como um repositório “de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. O imaginário durandiano apresenta-se como uma espécie de conector obrigatório por meio do qual se formam as representações humanas. Para o autor, em consonância com Simmel e Moscovici, “todo o pensamento humano é uma representação, isto é, passa por articulações simbólicas” (DURAND, 1998, p. 41).

Logo, dir-se-ia que o imaginário é o mundo imaginal onde nascem, vivem e se transformam as representações, que eventualmente podem desaparecer e dar lugar a novas representações. Elas vão se (trans) formando através de um dinamismo equilibrador, próprio à noção de trajeto antropológico, que Durand (2002, p. 41) entende como, “a incessante troca que existe ao nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social”. Assim, a noção de trajeto antropológico é considerada matriz para se compreender as mudanças sofridas pelas representações no curso da história:

Afinal, o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual, reciprocamente, como provou magistralmente Piaget, as representações subjetivas se explicam “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo. [...] o símbolo é sempre o produto dos imperativos biopsíquicos pelas intimações do meio, foi a esse produto que chamamos trajeto antropológico, porque a reversibilidade dos termos é característica tanto do produto como do trajeto. (DURAND, 2002, p. 41).

Complementarmente, entre as representações atuais e as potenciais há todo um circuito a ser percorrido, no que Gilbert Durand chamou de tópica sociocultural do imaginário (1998, p. 92-99). Lembrando que o atual de hoje é o potencial de ontem. E



assim gira a roda que representa o processo cíclico. A rotação é uma forma de compreender o sobe e desce de aspectos das representações, de acordo com as transformações da sociedade.

Outra metáfora durandiana que pode fornecer elementos interessantes para se pensar a dinâmica sociocultural das representações é a potamológica¹. Por meio da bacia semântica pode-se compreender melhor os processos envolvidos na mudança de sentido de uma representação, uma vez que ela pretende analisar para além dos eventos instantâneos e aquém dos tempos muitos longos, “períodos médios e homogêneos quanto aos estilos, às modas e aos meios de expressão” (DURAND, 1998, p. 100). Assim seria possível uma análise detalhada que perpassaria os seis subconjuntos² de uma era e de uma área do imaginário.

Dessa forma, percebe-se que o imaginário, para Gilbert Durand, seria pai das representações, mas se constituiria ele mesmo em uma representação mãe, em suas palavras: “uma re-presentação incontornável, a faculdade de simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da terra” (1998, p. 117).

O imaginário seria o substrato simbólico de onde emergem as imagens que vão formar as representações, as quais, por sua vez também adubarão a atualização desse imaginário. Durand (1998, p. 106) compreende, portanto, que “a razão e a ciência apenas unem os homens às coisas, mas o que une os homens entre si, no nível humilde das felicidades e penas cotidianas da espécie humana, é essa representação afetiva, porque vivida, que constitui o império das imagens”.

O império das imagens de Durand e o mundo imaginal de Maffesoli, são duas formas de representar o imaginário. “É a isso que se pode chamar de mundo ‘imaginal’, que é como uma matriz em que todos os elementos do dado mundano entram em interação, ecoam em concerto ou correspondem de várias maneiras e em uma constante reversibilidade” (MAFFESOLI, 1995, p. 94-95). Na afirmação de Maffesoli, poder-se-ia interpretar que esses “elementos”, aos quais o autor se refere, sejam as representações

¹ O termo refere-se à bacia semântica. De acordo com Durand (1998, p. 103), a palavra rio vem do grego *potamos*.

² São eles as fases da bacia semântica: o escoamento, a divisão das águas, as confluências, o nome do rio, a organização dos rios e a fase dos deltas e meandros (DURAND, 1998).



sociais. O autor argumenta, ainda que a imagem está mais próxima do “real” do que as explicações abstratas do racionalismo ocidental.

Compreende-se com o autor, a imagem na contemporaneidade, como representação: é ela que permite “o estar no mundo de cada indivíduo, ou de todo o conjunto social, o que funda o estar-junto de toda organização política ou social” (1995, p. 97). O imaginário maffesoliniano é uma espécie de “céu das ideias, que, de uma forma um pouco misteriosa, garante a coesão do conjunto social” (2012, p. 105-106). Ressalta-se, portanto, que a função da imagem e do imaginário para Maffesoli é equivalente à da noção de representação em Simmel e Moscovici.

Assim, depreende-se que a imagem, como a representação, advindas do céu das ideias que é o imaginário, seria “um mundo concentrado, uma cristalização do cosmo” (MAFFESOLI, 2012, p. 111), que permite o compartilhamento do mundo, e a harmonização do *eu* com o outro, com as diversas esferas da existência. Porém, apesar da convergência de sentido entre os termos aqui equacionados, cabe se notar uma diferença fundamental entre a imagem maffesoliniana e a noção de representação: a questão moral.

Por um lado, para Maffesoli, “amoralismo é próprio da imagem [...], que, portanto, não tem de fazer nenhuma injunção moral” (1995, p. 98). Por outro, viu-se com Simmel e Moscovici que as representações são marcadas pela atitude moral da época. Dessa forma, as noções que se aproximam em termos de função, se distanciam quanto à natureza. Assim, as representações podem ser consideradas as partes pensadas do vasto mundo imaginal impensável.

A imagem, para Maffesoli seria uma espécie de elemento de ligação, de “mesocosmo” entre o imaginário e a representação: “um mundo do meio, entre o macro e o microcosmo entre o universal e o concreto, entre a espécie e o indivíduo, entre o geral e o particular. Onde sua eficácia própria, e aquilo que ela representa”. (MAFFESOLI, 1995, p. 103). A imagem dá conta da pluralidade do real, a representação atua no sentido de singularizá-lo. No entanto, ambas, imagem e representação, são formas legítimas de conhecimento do mundo, inseridas em seu imaginário. E ambas atuam no sentido de reforçar o vínculo social.

Novamente, uma ilustração parece útil para explicitar o entendimento dos níveis desse “cosmo”, do qual tratou-se no parágrafo anterior. Assim, retoma-se a figura da princesa. O imaginário, como macrocosmo conteria todas as imagens passadas,



possíveis, produzidas e a serem produzidas de uma princesa. As imagens dessa princesa como mesocosmo, dão conta das possíveis formas correntes e plurais nas quais a ideia de princesa está contida. As representações da princesa são a fragmentação e objetivação dessa pluralidade disponível, momento em que a figura da princesa passa por um processo de convencionalização, obedecendo à lógica prescritiva vigente na sociedade em que está inserida.

Assim, observa-se, uma vez mais, a complexidade dessas noções que se interpenetram. O plural do imaginário contém o singular das representações, mas o singular das representações também contém o plural do imaginário. Tudo isso, por meio das imagens. Logo, termina-se este artigo evocando seu título: nas representações, imagens e imaginário.

Referências

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

_____. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.

JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. **Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história**. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

SIMMEL, Georg. **Como la sociedad es possible**. In: **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza: 1986.

Submetido em: 09/06/2017. Aprovado em: 13/07/2017.

